

ATA DA 154ª (CENTÉSIMA QUINQUAGESIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV - REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2019.

DATA, HORA E LOCAL: Aos 13 (treze) dias do mês de agosto do ano de 2019, às 10:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para mais uma reunião ordinária, registrando a presença dos seguintes membros da Fundação Amazonprev: Alan Nascimento, Leonardo Cavalcanti, Bruno Costa Novo, Claudinei Soares, Andreza de Souza Silva, Marcos de Souza, membro representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e como convidados os Srs Bruno Barroso, membro suplente do Assembleia Legislativa e Nuno Ponce de Leão, membro dos Controles Internos. **1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS - julho/2019. a) Rentabilidade FPREV - Executivo.** Conforme validado pelo atuário, a rentabilidade dos recursos em julho/19 foi de 1,1718%, acumulando nos últimos 12 meses uma variação de 13,0335%, frente a uma meta atuarial que corresponde ao mesmo período, na ordem de 0,6776% e 9,4155%. De forma que, no mês atual a rentabilidade do FPREV Executivo foi superior em 0,4908% no mês, no acumulado anual está superior em 2,4538%. Considerando o acumulado a partir de 2005, a Amazonprev supera a meta atuarial em 11,4666% para esses recursos. **b) Rentabilidade FPREV ALE.** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 0,9701%, e em 12 (doze) meses de 13,2200%. Dessa forma, o resultado atuarial registra os seguintes percentuais: no mês 0,2905% acima da meta, e 2,9634% superior à meta nos últimos 12 (doze) meses. Considerando o período a partir de 2012, o ganho sobre a meta acumula variação de 4,7596%. **c) Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ.** Em julho/2019, também validado pelo atuário, registra-se a rentabilidade dos recursos em 0,9842% no mês, e 5,4600% no ano, e quando comparado à meta atuarial para o período, fica superior no mês em 0,3045%, e no ano está inferior em 0,4719%. Mantido o registro do Sr. Leonardo, em que os recursos do MPE estão em produtos com estratégia conservadora, e carece de manifestação dos representantes desse órgão, e que deverão participar do Comitê de Investimentos da Amazonprev, a respeito da melhor estratégia para esses recursos. **d) Rentabilidade FPREV do Tribunal de Justiça.** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 0,9593%, contra uma Meta Atuarial de 0,6777%. Registra-se que o

cálculo da Meta Atuarial para o Tribunal de Justiça foi iniciado em maio/19, apresentando um resultado de 0,2322% inferior à Meta Atuarial. **e) Rentabilidade FPREV da Defensoria Pública** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 1,0026%, contra uma Meta Atuarial de 0,6777%. Por fim, considerando os resultados Consolidados da AMAZONPREV FPREV, o Comitê registra que as aplicações têm rendimentos em 2019 que acumulam ganho de 8,5200%, e que já superam a meta atuarial acumulada em 2019 em 2,4100%, representando ganhos financeiros na ordem de R\$ 363.061.195,28, demonstrando que a Estratégia de Alocação adotada tem se mostrado satisfatória para o Cenário atual. **2. Registro do CENÁRIO.**—Conforme registra o Banco Bradesco, através do Relatório Síntese Mensal - Julho/2019 – BRAM DTVM: O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic ao menor patamar da história, reconhecendo a melhora no balanço de riscos. Em decisão unânime, o Copom reduziu a taxa Selic de 6,5% para 6,0% a.a., corte superior à expectativa de 25 pontos-base. Segundo o comunicado, a evolução do cenário atual e do balanço de riscos permitiu esse ajuste. Embora o risco preponderante continue sendo o avanço das reformas estruturais, a aprovação da Reforma da Previdência em 1º turno na Câmara dos Deputados em julho (com 379 votos) mitigou essa incerteza, melhorando o balanço de riscos. Além disso, o cenário prospectivo para a inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária permite ao menos mais um corte da taxa Selic. No comunicado, o Copom considera que a recuperação da atividade ocorrerá em ritmo gradual. Com relação ao nível de preços, a inflação e os seus núcleos seguem em níveis considerados confortáveis, bem como as expectativas permanecem ancoradas. Ademais, o cenário global se mostra benigno, em decorrência das mudanças de política monetária nas principais economias, embora os riscos associados a uma desaceleração global permaneçam. Sobre as projeções, considerando os cenários de inflação com trajetórias de taxas de juros e câmbio da pesquisa de mercado (Focus), a inflação se situa em torno de 3,6% em 2019 e 3,9% em 2020. No cenário com Selic (6,5% a.a.) e câmbio (R\$/US\$ 3,75) constantes, as projeções se situam em torno de 3,6% para 2019 e 2020. Acredita-se que a continuidade da ociosidade elevada permitirá uma trajetória benigna de inflação para os horizontes de médio prazo, bem como a reforma da previdência deverá seguir avançando nos próximos meses. Com o corte maior do que projetado, a projeção da Selic para o final do ano passou de 5,5% a.a. para 5,0% ao ano. A prévia da inflação ao consumidor (IPCA-15) de julho registrou elevação abaixo do esperado e os dados de maio sinalizam retomada lenta da atividade econômica. No mês, o IPCA-15 registrou alta de 0,09%, resultado abaixo da projeção (0,12%) e das expectativas do mercado

(0,13%). Em 12 meses, o indicador desacelerou de 3,8% em junho para 3,3% em julho. Para o fechamento do ano projeta-se variação de 3,5%, abaixo da meta do Banco Central para 2019, de 4,25%. Em termos de atividade, o indicador mensal de atividade (IBC-Br) de maio avançou 0,5% na margem. A alta em maio interrompeu quatro quedas consecutivas do indicador. Esse resultado corrobora a tendência apresentada por outros dados de atividade, apontando para um crescimento moderado da economia nos primeiros meses do ano. Apesar da melhora nas condições financeiras e do aumento da confiança, acredita-se que o PIB deverá crescer 0,8% em 2019, desacelerando em relação ao crescimento de 1,1% em 2018. No Brasil, o Copom reduziu a taxa Selic e sinalizou ao menos um corte adicional. No âmbito global, a tensão comercial entre China e EUA teve nova escalada. O presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou a tarifação de 10% sobre o restante (US\$ 300 bilhões) de produtos importados da China a partir de 1º de setembro, com a possibilidade de aumento para 25%. Essa nova rodada contemplará tarifas sobre bens finais, com implicações mais diretas sobre os EUA, como o aumento da inflação e a consequente perda do poder de compra pelo consumidor. O Fed reduziu a taxa básica de juros, reforçando a preocupação com o cenário global e suas implicações para a demanda doméstica. Nesse contexto, o FOMC decidiu reduzir a taxa de juros em 25 pontos-base, levando-a para o intervalo entre 2% e 2,25% ao ano. O presidente do Fed, Jerome Powell, sinalizou que o movimento não significa o início de um ciclo de corte de juros, embora também tenha defendido que esse corte não é único. Diante dessa sinalização e da perspectiva de que a tensão comercial não terá resolução no curto prazo, avalia-se que o cenário é de nova redução de 25 pontos-base na próxima reunião em setembro. Na Zona do Euro, o PIB desacelerou no 2º trimestre, a inflação novamente apresentou surpresa baixista e o Banco Central Europeu (BCE) sinalizou mudanças para a reunião de setembro. Na margem, o PIB expandiu 0,2%, abaixo do crescimento no trimestre anterior (0,4%). Sobre a dinâmica de preços, o núcleo da inflação (exclui alimentos e energia) ao consumidor registrou alta de 0,9% em termos anuais em julho, desacelerando em relação a junho (1,1%). Além disso, o BCE manteve a taxa de juros básica (0,00% a.a.), assim como as taxas de depósito (-0,40% a.a.) e de empréstimos (0,25% a.a.). No comunicado, o BCE interpreta que além de ser mantida até 1º semestre de 2020, a taxa de juros poderá ser reduzida no curto prazo. O presidente do BCE, Mario Draghi, mostrou desconforto com a continuidade da piora da atividade, assim como a persistência da inflação em patamar baixo. Avalia-se que o BCE reduzirá a taxa de depósito em 10 pontos-base e anunciará um novo programa de compra de títulos na reunião de setembro. O PIB chinês desacelerou no 2º trimestre, o que representou o menor crescimento em 27 anos. No

período, o PIB da China registrou aumento de 6,2% na comparação anual, abaixo do crescimento obtido no trimestre anterior, de 6,4%. O resultado, em linha com a expectativa do mercado, foi impulsionado pelos indicadores de atividade de junho. Após dados mais fracos em abril e maio, a produção industrial, as vendas no varejo e os investimentos em ativo fixo (FAI) surpreenderam positivamente as expectativas em junho, mostrando um crescimento difuso. O cenário de tensão comercial e desaceleração da atividade global insere um risco de piora para a atividade nos próximos trimestres. Acredita-se que o governo adotará estímulos para a atividade no sentido de manter o crescimento acima de 6,0%.

3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO. No cenário interno, observa-se que as reformas estruturais estão em andamento, a Reforma da Previdência já se encontra em discussão no Senado, portanto, sua aprovação é esperada até o fim deste exercício. A outra reforma que já começa a ganhar corpo é a Tributária. São duas reformas extremamente importantes, pois a reforma da previdência irá liberar recursos do governo, hoje dragados pela expansão da previdência, para gastos com obras, saúde, educação programas sociais e investimentos. Já a tributária é necessária para o retorno do crescimento do Brasil, visto que o atual sistema tributário do Brasil é um dos mais complexos e defasados do mundo. Espera-se que as reformas tragam redução das despesas do governo e competitividade industrial no cenário externo. Além das reformas, o governo continua com a agenda de privatizações, No cenário externo, além da briga comercial entre Estados Unidos e China, outra preocupação foi a inversão atípica entre as taxas curtas e longas dos Treasuries (títulos públicos dos EUA) se acentuou na semana. Os títulos de 10 (dez) anos estão com taxa menor que os de curto prazo, indicando uma corrida dos investidores para a proteção, o que pode ser um indício de recessão no curto prazo. Imediatamente, o mercado de ações reagiu e levou a uma queda forte no S&P 500, um dos principais indicadores do mercado de ações nos EUA. Na Europa, os dados também preocupam os investidores. A Alemanha divulgou que o PIB local recuou 0,1% no segundo trimestre, após a produção industrial dos países da zona do Euro encolher 1,6% em junho, na comparação com o mês de maio, acentuando os sinais de fraqueza na economia da região. Na China, foi divulgado que a produção industrial cresceu a uma taxa de 4,8% em julho. Apesar da expressividade do indicador, a expectativa dos especialistas era de uma atividade industrial na casa dos 5,9%, número bem maior que o divulgado. Na América do Sul, a notícia da vitória da oposição nas eleições prévias, levaram o Merval (índice do mercado acionário local) a derreter mais de 30% nesse mês. Diante desses cenários, os investidores globais, por conhecerem menos os países emergentes, e saberem que eles sempre têm uma série de fraquezas na sua economia, acabam por

simplesmente reduzir as suas alocações nesse tipo de ativo. Os emergentes, além de possuírem menos liquidez – que em momentos de crise provocam maior queda nos preços dos ativos quando todos decidem sair – têm maior probabilidade de entrarem em uma crise interna, seja por desvalorização da moeda, aumento da dívida, aumento da inflação, ou qualquer outro problema estrutural que carreguem. Por isso que, em um momento de crise, a moeda dos emergentes se desvaloriza, enquanto a dos países desenvolvidos se valoriza. Pois o fluxo de investimentos sai dos emergentes e volta para as matrizes exportadoras de investimento. A consequência para os países emergentes é a desvalorização da moeda e queda nos preços de seus ativos como a Bolsa, exatamente o que aconteceu neste mês por aqui. O Ibovespa já caiu 5 por cento nos últimos dias, e o real já se desvalorizou 10 por cento. Dependendo do país, a desvalorização cambial pode aumentar muito o risco de aumento da inflação, obrigando o BC a subir juros. Sabendo disso, o mercado antecipa o movimento, puxando os juros futuros para cima. Isso não vem acontecendo no Brasil, pois a economia anda muito fraca e o repasse cambial não tem sido alto. Além disso, temos mais reservas cambiais do que dívida externa, o que faz com que nossas dívidas caiam durante uma desvalorização. No entanto, certamente, o Banco Central e o mercado estão bem de olho no movimento do câmbio. Enquanto a bolsa brasileira e real deveriam estar valorizando muito após a aprovação da reforma da previdência, os ativos brasileiros estão caindo, e sem saber o que esperar do fluxo global de investimentos. Esse fator reduz a confiança dos empresários em lançar novos projetos, emitir novas ações ou dívidas, e aumentar sua produção antes de ver a volta da atividade. Em um cenário global pujante, os empresários largam na frente, estimulando suas empresas, contratando mais funcionários e aquecendo a economia. Em um cenário de crise, todos ficam parados, aguardando o fundo do poço. Isso certamente irá postergar a nossa recuperação econômica. O que era esperado para este ano, já pode ser postergado para o ano que vem. E esse é o maior impacto na economia real. Se o Brasil fosse uma economia desenvolvida, a estratégia seria ter uma carteira mista entre Bolsa e Juros. Afinal, ou a crise é resolvida e a Bolsa volta a subir, ou a crise segue e o crescimento mais baixo faz o Banco Central reduzir os juros. O grande problema com juros é que, em virtude de o Brasil ser uma economia emergente e estar nesse contexto de saída de fluxo, corre sempre o risco de desvalorização cambial, o que poderia abortar o ciclo de queda da Selic. E isso teria o potencial de subir os juros futuros, sem que o movimento fosse compensado pela alta na Bolsa. Portanto, o atual momento para renda fixa não se mostra atraente devido aos títulos públicos já precificarem uma Taxa Selic de 5,50%, ou seja, os investimentos em fundos atrelados aos títulos públicos só seriam viáveis se o

mercado vislumbrasse mais cortes na Selic, fato mais difícil de acontecer diante do cenário atual de uma possível desaceleração global. Apesar do momento volátil, a bolsa brasileira ainda tem valor, pois a economia brasileira está passando por medidas transformacionais de aumento de produtividade, com reflexos no médio e longo prazo para empresas. Em virtude da recessão recente brasileira, as empresas procuraram realizar cortes de custos e diminuir seus endividamentos, ficando com folgas em suas estruturas para investimentos e aumento de produção. Diante das medidas adotadas desde a época do governo Temer (Reforma Trabalhista e Teto de Gastos) até o Presidente Bolsonaro, com Taxa Selic baixa, Reforma Previdenciária e Reforma Tributária, o cenário para as empresas se apresenta promissor para os próximos anos. Assim, o Comitê entende que as oportunidades de ganho em fundos de investimentos em Fundos de Renda Fixa reduziram bastante, baseando-se no risco x retorno, e entende que a possibilidade de maior ganho, no curto prazo com a aprovação das reformas e no Longo Prazo com a retomada do crescimento econômico, está em Fundos de Renda Variável. Nesse sentido, sugerimos:

3.1. FPREV EXECUTIVO: a) **Novos Recursos:** deverão ser rateados entre os fundos Itaú Ações Dunamis FIC e Icatu Vanguarda Dividendos FIA. b) **Fundos de Curto Prazo.** Manter, regularmente, saldo de aplicação no **fundo Bradesco Maxi Poder Público** no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), já que possui baixa automática otimizando o processo de pagamentos de rotina, incluindo folha de pagamento de aposentados e pensionistas do FPREV.

3.2. FPREV ALE: a) **Novos Recursos:** sejam rateados nos seguintes percentuais: 47,50% para o fundo Caixa Gestão Estratégica, 47,50% para o Fundo Itaú Alocação Dinâmica e 5,00% para o Fundo Icatu Dividendos FIA. A estratégia busca obter resultados acima do CDI no Longo Prazo através da gestão ativa desses produtos, conforme recomendado pelo senhor Marcos de Souza.

3.3 FFIN/EXECUTIVO, FFIN/ALE, FFIN/DPE e FFIN/MPE: Aplicar os recursos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos.

3.4. COMPREV. Manter os recursos aplicados no fundo Bradesco Alocação Dinâmica, de forma manter o enquadramento dos recursos da Amazonprev

3.5. Recursos da Taxa de ADM: a) Poder Executivo: Novos Recursos. Direcionar para o Fundo Caixa Gestão Estratégica. b) Em virtude da necessidade de cumprimento de obrigações com pessoal, o Comitê solicita autorização para transferir o valor de R\$ 3 milhões, aplicados no fundo Caixa Gestão Estratégica, para a aplicação no fundo Bradesco Maxi Poder Público, visando manter saldo financeiro necessário para cumprir com tais obrigações nos próximos períodos. c) ALE/AM: Manter os recursos aplicados no fundo Bradesco Federal Extra DI, fundo de Renda Fixa, enquadrado à

legislação vigente, que permite aplicação inicial para o valor repassado pela ALE/AM. **3.6. Outros Poderes – TCE, TJAM e MPE: Novos recursos:** Devido à necessidade de manter enquadrados os recursos da Amazonprev, os novos recursos recebidos pelo TCE e TJAM, devem ser direcionados para os fundos Caixa IRF Brasil M1 e BB Previdenciário IRF M1.

3.7 MPE FPREV. Novos Recursos: Direcionar para o Fundo Bradesco Alocação Dinâmica

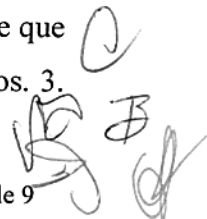
3.8 DPE/AM-FPREV. a) Novos Recursos: Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev.

3.9. TJ/AM-FPREV. a) Novos Recursos: Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário e buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev.

3.10. TCE/AM-FPREV. a) Novos Recursos: Direcionar para o Fundo Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5, em linha com os dados apresentados no Cenário de curto prazo, buscando resultados acima do índice no longo prazo, e cumprindo os termos da Política de Investimentos da Amazonprev.

4. FLUXO DE CAIXA. Registra-se a posição em 13/08/2019: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 4,714 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 3,992 bilhões, incluído R\$ 7,283 milhões de recursos da Defensoria FPREV, que passaram a ser registrados separadamente do Executivo; TPF: R\$ 625,716 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 12,915 milhões; Imóveis: R\$ 62,060 milhões e Disponibilidade Financeira: R\$ 21,739 milhões de novos recursos recebidos e que serão encaminhados par aplicação. **FPREV ALE:** Fundos de Investimento: R\$ 9,284 milhões; TPF: R\$ 2,125 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada. **FPREV MPE/AM:** FI e disponibilidades: R\$ 125,517 milhões. **FPREV-TJAM:** R\$ 7,977 milhões. **FPREV-TCE:** R\$ 896.660,75 mil. **Totalizando os demais Recursos da Amazonprev, atinge-se a marca de:** R\$ 5,515 bilhões.

5. DELIBERAÇÃO SUPERIOR. Em Despacho do dia 30/07/2019, a Diretoria, a partir do Parecer CONTRIN nº. 2.423/2019, aprovou as sugestões apresentadas na Ata COMIV nº. 153/2019, com a seguinte observação: 1. Que seja utilizado cenários econômicos apresentado por outras instituições financeiras também, diversificando desta forma, outros pontos de vista do mercado, como base de elaboração de estratégias da AMAZONPREV. 2. Valores divergentes na Ata COMIV nº. 153 e Demonstrativo Fluxo de Caixa de 15/07/2019. Nesse item, o Sr. Alan informa que a atualização do Demonstrativo é realizada manualmente, e que foi identificado erro de fórmulas na planilha, e que todos os arquivos foram atualizados. 3.

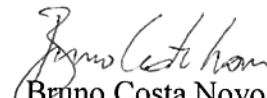


Que os processos de Credenciamento sejam analisados pelo CONTRIN antes de seguir para Homologação da Diretoria, com base na política de Alçadas. **6. CREDENCIAMENTO.** Os membros do Comitê aprovaram as documentações das instituições AZ QUEST Investimentos Ltda, Sul América Investimentos de Recursos S.A, Bahia Asset Management e OCCAM, os quais serão organizados em processos e encaminhados ao CONTRIN para análise. A solicitação de credenciamento da ARX foi analisada pelos membros do COMIV que votaram pelo indeferimento do pleito da instituição financeira. A decisão foi baseada pela ligação da ARX com a empresa BNY MELLON, está última foi responsável por prejuízos ao Fundo Postal dos Correios e ao Clube de Investimento de Empregados da Vale do Rio Doce, sendo investigada pela CVM e Polícia Federal. **7. MANUAL PROCEDIMENTOS DO COMIV.** Os membros da ALE apresentaram as seguintes sugestões, as quais foram discutidas pelos membros do Comitê: Item 1 - Comitê de Investimentos - Membros e suplentes deverão ser nomeados por titulares de cargos efetivos, ou uma quantidade máxima de comissionados, e que tem certificação CPA -10 mínima ou equivalente necessária para manutenção do nível do pró-gestão (investidor qualificado). Como é um comitê deliberativo inicial e de suma importância para aposentarias futuras de pessoas titulares em cargos efetivos, creio que esses deverão ser compostos somente pelos mesmos ou em proporção bem superior, tão quanto a necessidade prévia da certificação. Onde tal certificação mantém no nível do RPPS no pró-gestão e o nível de conhecimento necessário para tomada de decisão. Os membros do Comitê decidiram que os representantes do Poder Executivo deverão ter no mínimo 03 servidores efetivos do total de 06 vagas de membros titulares. Com relação à certificação, os membros do Comitê concordaram que todos os membros deverão possuir no mínimo a certificação CPA-10. Item 2.3 - Incluir o quadro societário do grupo econômico. Os membros do comitê votaram a favor da inclusão; Item 2.3.4 - retirar a LF Rating das agências de rating. Os membros do comitê votaram a favor da retirada; Item 2.3.5 e 2.5.1 - substituir "ou" por "e", pois subtende-se que deve esta credenciados em todos para exercer a atividade. Os membros votaram que os itens serão transcritos assim: *Ato de registro ou autorização expedido pela Comissão de Valores Mobiliários*; Item 3.3 e 3.4 - achei o prazo curto, colocaria 30 dias ou a próxima reunião do COMIV. Os membros decidiram em manter os 15 (quinze) dias úteis; Item 3.5 - Excluir o item, devido a possível falta de fundos para alocações futuras. Os membros decidiram manter o item; Item 4 - colocar critérios para revisão como ex: "a cada 4 meses se as metas atuariais não forem alcançadas", ou "a critério do comitê de investimento em votação simples". Os membros deixaram para próxima reunião a discussão desse item; 5.1.2 - O


administrador pode colocar a meta atuarial no relatório. Será realizada consulta com os bancos sobre a sugestão em questão. **8. POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2020.** Foram iniciadas as tratativas para elaboração da Política de Investimento para 2020. O Comitê irá elaborar um calendário com a finalidade das instituições financeiras credenciadas apresentarem seus cenários e estratégias para o exercício de 2020, os quais servirão de base para elaboração da Política da AMAZONPREV para o ano de 2020. **9.ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando programada para o dia 11/09/2019, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.



Alan Nascimento
Coordenador



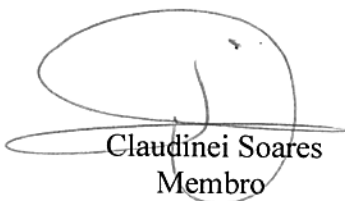
Bruno Costa Novo
Secretário



Leonardo Cavalcanti
Membro



Andreza de Souza
Membro



Claudinei Soares
Membro



Marcos Souza
Membro